

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PERIFERIA FLUMINENSE: A PRAÇA COMO EQUIPAMENTO DE LAZER

Daiana Novaes Gouvêa
Mestranda em Geografia pelo PPGeo-UERJ
E-mail: daianangouvea@gmail.com

RESUMO: A formação territorial de São João de Meriti sofreu influência do processo migratório de residentes cariocas que buscavam menor custo de vida, acarretando na conurbação com a atual capital fluminense, essa representada por um núcleo hipertrofiado e concentrador. Por compor a periferia metropolitana, o município meritiense vivencia a escassez de recursos e investimentos. A Praça Getúlio Vargas é um exemplo remanescente de espaço público oferecido a esta população, onde a sociedade obtinha espaço para o lazer, manifestações culturais e políticas. Entretanto, a referida praça foi recentemente modificada no que tange à sua forma, alterando suas funções. Sendo este um município periférico, questionamos a atuação do Estado nesta porção do espaço carente de investimentos em lazer e de que maneira a intervenção ocorrida na praça agrega a população residente e conserva o patrimônio histórico do município.

Palavras-chave: Praça da Matriz; São João de Meriti; Praça Pública; Intervenções Urbanas.

GT – 11: “Os lazes na (re)produção do urbano”.

1- INTRODUÇÃO

O município de São João de Meriti foi emancipado no ano de 1947 e, atualmente, está inserido na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (figura 1), compondo a Baixada Fluminense. Mesmo após mais de dois séculos de ocupação da área correspondente atualmente ao município, é apenas a partir da década de 1940 que verifica-se um crescimento populacional com maior expressividade, tendo nos loteamentos populares localizados na proximidade de ramais e estações ferroviárias a base para tal expansão. Durante as décadas de 1950 e 1960 o município meritiense teve uma das expansões demográficas mais vigorosas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, chegando a concentrar 21% de seus residentes (FUNDREM, 1997).

Figura 1 – Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ

Como fatores para esse cenário, identificamos a emancipação de São João de Meriti, a implantação de indústrias vindas da atual capital do Estado para o referido município, as obras de saneamento realizadas na Baixada Fluminense, a acessibilidade através das estradas de ferro e Via Dutra e loteamentos para residentes cariocas em busca de um menor custo de

vida. Quanto ao último quesito, podemos identificar que o espaço urbano meritiense se constituiu em um contexto específico, visto que foi estabelecido como periferia metropolitana, ou seja, observou a intensificação do crescimento populacional e urbano a partir da expulsão de população pobre da cidade do Rio de Janeiro, como podemos constatar em Abreu (2008, p 17).

O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura na medida em que se afastam do núcleo, e servindo de moradias e de local de exercício de algumas outras atividades

Tal carência se verifica quando analisamos a oferta de espaços públicos de lazer no município, sendo observadas poucas áreas com tal finalidade, destacando-se historicamente a Praça da Matriz. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo compreender o papel exercido pela Praça da Matriz enquanto espaço público de lazer. Para alcançarmos o objetivo estabelecido, a pesquisa será dividida em três partes onde a primeira busca evidenciar a subordinação de São João de Meriti perante a cidade do Rio de Janeiro no que diz respeito ao investimento público e oferta de espaços de lazer; a segunda se compromete a discutir a categoria praça, suas formas e funções ao longo da história do Brasil, tornando clara sua importância enquanto local de encontro para as populações locais; e por fim, à terceira parte cabe analisar a transformação ocorrida na Praça da Matriz, comprovando a redução da participação popular no que diz respeito à sua concepção e uso para o lazer.

Para que o objetivo seja alcançado de maneira eficaz, serão consultadas fontes variadas, estas abrangendo censos demográficos publicados pelo IBGE entre os anos de 1940 e 2010, extraíndo dados relativos à população e economia do município de São João de Meriti, buscando informações que nos levassem a compreensão do processo atual de formação do referido município, assim como sua importância no contexto da Região Metropolitana e do Estado do Rio de Janeiro. Outro procedimento indispensável à pesquisa diz respeito ao levantamento bibliográfico visando obter embasamento teórico acerca de conurbação, planejamento e intervenções urbanísticas, praça pública e plano diretor, assim como outras temáticas inerentes à pesquisa. Também foi essencial para compreensão das transformações e suas implicações nesta porção do espaço o levantamento de informações históricas.

2- SÃO JOÃO DE MERITI: CRESCIMENTO DESORDENADO E SUBORDINADO

Ao tratar sobre os investimentos no espaço público de lazer no município de São João de Meriti, periferia metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, faz-se necessário em um primeiro momento evidenciar a subordinação do referido município perante a cidade do Rio de Janeiro, no que diz respeito à oferta de mão de obra, investimento público e oferta de espaços de lazer. Para tanto, faz-se necessário esclarecer a importância histórica do município a fim de compreendermos o contexto em que o São João de Meriti está inserido e como se dá ao longo dos anos o investimento público nessa porção do espaço.

O município de São João de Meriti está situado na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e segundo o último censo demográfico, possui uma área total de 35,216 km², com uma população de 459.356 habitantes, estando inserida em sua totalidade dentro do perímetro urbano (IBGE, 2010). O município concentra o maior adensamento populacional da América Latina, com aproximadamente 13 mil habitantes por Km².

Desde a época da emancipação, em 1947, o município de São João de Meriti apresentou um crescimento populacional significativo. A esse aumento podem ser atribuídos fatores como as políticas de saneamento básico, dirigidas pelo então presidente Nilo Peçanha, as linhas ferroviárias existentes desde o século XIX que tiveram grande importância para ocupação dos municípios periféricos (VILLAÇA, 2001), a evasão industrial vinda da atual capital do Estado para os municípios fluminenses localizados às margens da Via Dutra, pertencentes à periferia imediata, atual Região Metropolitana (MARAFON et al, 2011), e também pelo processo migratório, acarretado pela transferência de residentes cariocas em busca de um menor custo de vida. Durante as décadas de 1950 e 1960 o município meritiense teve uma das expansões demográficas mais vigorosas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, chegando a concentrar 21% de seus residentes (FUNDREM, 1997).

As cicatrizes causadas pelo rápido e intenso processo de ocupação marcaram a história de seu desenvolvimento e são sentidas até a atualidade, rebatendo visivelmente na infraestrutura, na oferta de serviços públicos, na representatividade perante o restante do Estado e, conseqüentemente, na autoestima dessa parcela considerável da sociedade fluminense.

Pode-se dizer que o município de São João de Meriti foi absorvido, nas últimas décadas, pelo desenvolvimento do núcleo metropolitano. Segundo Costa (2005), podemos destacar dois fatores que levam o município a um crescimento rápido e desordenado, desprovido de infraestrutura, são eles: a ineficácia dos governos Estadual e Federal quanto à medidas que pudessem atender essas massas migratórias que estavam se dirigindo para as periferias urbanas e, por outro lado, o pouco discernimento das prefeituras que associavam esse aumento populacional com a ideologia do crescimento e do progresso municipal. É notório na estrutura histórica e social da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro a constituição e o funcionamento da metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria de renda e recursos urbanísticos disponíveis, cercados por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura.

Para melhor esclarecermos o papel que o município meritiense exerce no contexto metropolitano, foi utilizada a conceituação sobre conurbação aplicada por Villaça (2001), estabelecida como ponto de partida para a discussão, que tratará da influência exercida pela metrópole perante a periferia fluminense. Segundo o autor, ao analisarmos como se deu o processo de metropolização no Estado do Rio de Janeiro, percebemos que a urbe carioca conurbou-se com São João de Meriti (outro município), antes mesmo de conurbar-se com Santa Cruz (mesmo município). Ainda nesse sentido, Villaça (2001, p. 51) contextualiza ao dizer que

iniciou-se então uma contradição entre a cidade como organismo físico e socioeconômico e a cidade do ponto de vista político-administrativo. Encarado desse ponto de vista, o processo de conurbação ocorre quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados à sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios. Uma cidade absorve a outra quando passa a desenvolver com ela uma “intensa vinculação socioeconômica”. Esse processo envolve uma série de transformações tanto no núcleo urbano como no que absorve.

Dessa maneira, podemos observar através da divisa física entre os dois municípios, completamente conurbados, a intensa vinculação da capital com São João de Meriti, estando a última a serviço - em termos de expansão territorial e mão de obra - da cidade do Rio de Janeiro, abrigando as camadas de baixa renda que ocupam essa parcela do espaço urbano desprezada.

Podemos compreender, através de Oliveira (2000, p.5), como ocorre o funcionamento da periferia em relação à metrópole, quando a autor é citado por de Maricato (2013, p.121), ao expor que “[...] o mercado é entendido como o lugar onde você exercita seu direito e sua

capacidade de escolha. A periferia não formou mercados e, portanto, não formou o lugar da autonomia”. Ao tratar ainda sobre essa temática, a autora esclarece que para cidades periféricas “não há planos e nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias”. Isso acontece a partir do momento que a metrópole é concentradora de investimentos em determinadas áreas, evidenciando a presença da ordem e do planejamento, porém isso ocorre a custos do abandono e desprezo de outras parcelas dessa cidade, bem como de municípios que compõem sua periferia, estes normalmente sem planos.

Dado isto, antes de apresentarmos a área de destaque e recorte espacial dessa pesquisa que é a Praça da Matriz em São João de Meriti, acredita-se necessário realizar uma breve contextualização da importância das praças públicas para a vida urbana e, sobretudo, a vida urbana da periferia, visto que as praças são espaços acessíveis de lazer.

3- PRAÇA PÚBLICA: SUAS FORMAS E FUNÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA URBANA DO BRASIL

Como mencionado anteriormente, pretende-se aqui discutir a categoria praça, suas formas e funções ao longo da história brasileira, tornando clara sua importância enquanto local de encontro, cidadania e manifestações para as populações locais. Ao realizar a pesquisa proposta, percebeu-se uma clara associação quanto ao planejamento e intervenções urbanísticas ao longo da história com as modificações das formas e funções da praça. Portanto, ao descrevermos o uso da praça em cada período, buscaremos associar as intervenções urbanas que aconteciam na cidade.

Visando realizar uma aproximação temporal e espacial com os recortes que compõem a temática analisada neste trabalho, acreditamos ser importante estabelecer uma relação com as primeiras praças brasileiras, pois verificamos que estas surgem no período colonial, estando relacionadas à Igreja Católica. Recorremos a autores como Robba e Macedo (2002), quando afirmam que à Igreja era outorgado um pedaço de terra, em geral, no centro da área era construída a capela e seu adro, enquanto as áreas ao redor eram destinadas ao cemitério e ao rossio. O adro, que era o espaço que ficava em frente do templo, facilitava o acesso da comunidade à igreja, a saída das procissões e os autos-de-fé (RIBEIRO, 2010).

Para Marx (1980, p. 95) “esse transbordar do rito religioso por todo o espaço público da cidade tinha grande alcance político-sociocultural”, pois envolvia toda a cidade com festa pública e manifestação de arte, compondo um cenário sociocultural, suporte necessário às atividades sagradas e profanas.

No período colonial a praça era o principal espaço de lazer destinado aos cidadãos. Autores como Medeiros (1975) corroboram esta afirmação ao apontar que as atividades recreativas eram oficiais e religiosas. Nos festejos oficiais havia o teatro, encenado em palco improvisado, na rua ou largo de algum grande centro. As diversões religiosas ocorriam no adro da igreja e se expandiam para a rua através das procissões, das diversas barracas, do leilão de prendas, dos foguetórios, das comidas, bebidas, jogos e dança. As festas religiosas eram inúmeras, podendo ser exemplificadas algumas de maior relevância no Brasil ao longo deste período, como as de Corpus Christi, Divino Espírito Santo, São Gonçalo, bem como as diversas festas juninas (Santo Antônio, São João e São Pedro), Páscoa, Natalinas, entre outras (RIBEIRO, 2010).

A composição formal da praça brasileira ocorreu a partir de dois princípios básicos, observados na estruturação das cidades coloniais: a praça derivada de uma composição orgânica e a praça formal. Caldeira (2007, p 93) ao tratar sobre o assunto, afirma que

essas praças representaram o espaço mais importante do cotidiano da colônia, permitindo que o caráter inerente de espaço coletivo, ponto de encontro e de reunião, manifestasse-se plenamente. Algumas praças, em especial, tornaram-se símbolos espaciais consolidando-se como referência na história das cidades brasileiras.

A imposição de um modelo próprio de praça não é característica exclusiva do período colonial, o que se confirma ao retomar as práticas inerentes ao Brasil Império, período de surgimento da praça-jardim. Esta expressão específica de praça, ajardinada, era um espaço público, mas que possuía uso direcionado a um público específico. O referido espaço incorporava os costumes dos jardins públicos, com a prática de flunar passando a ser utilizada pelas classes sociais privilegiadas, que a utilizam então como uma forma de verem e serem vistas, para isso usavam os melhores trajes para o passeio, que exigiam normas de conduta e de comportamento bastante rígidos, ou seja, tal atividade estava relacionada com a manutenção ou elevação de um status social.

Ao elucidar sobre este período, Caldeira (2007) menciona a obra de Potelet (1993), ao descrever sobre o novo cotidiano imperial na atual capital fluminense:

a praça do Palácio seduz por sua animação. É lá que os cariocas se encontram, fazem a sua toillettes, conversam e tomam a fresca do fim de tarde, entre quatro e sete horas da noite, os capitães dos navios mercantes desembarcam e os charreteiros com seus cavalos alimentam-se com a água do chafariz. O térreo das casas situadas à beira-mar abrigam comércios de mercadorias. Com o fluxo de estrangeiros em 1818, os comerciantes portugueses alugaram as áreas reservadas aos coches (garagens) aos franceses, vendedores de refrescos, que ainda instalaram no primeiro andar mesas de bilhar e hospedagem. A praça tornou-se assim o lugar de encontro e o centro de um comércio internacional (POTELET, 1993, apud CALDEIRA, 2007, p 123).

Ao tratar sobre a primeira fase do urbanismo no Brasil, Pires (2010, p.3) chama atenção ao dizer que “este período também se caracterizou pela influência do movimento das cidades jardins, fundadas por Ebenezer Howard em 1898, na constituição das ideias de planejamento”.

As praças podem ser entendidas como uma das formas em que se manifestam o movimento urbanístico de determinada época. Para exemplificar, podemos citar a Praça Paris, localizada no bairro da Glória no Rio de Janeiro, construída em 1926 durante a gestão do prefeito Antônio Prado Júnior, reproduzindo o traçado de um típico jardim parisiense da época, abrigando em seus espaços grande número de amendoeiras de grande porte, além de obras de arte e esculturas. A praça foi erguida sobre um aterro, em princípio, ia das avenidas Rio Branco e Beira Mar até a Rua da Glória, posteriormente, foi encurtada para dar lugar à praça Marechal Deodoro da Fonseca.

Já inseridas no contexto republicano, na década de 1940, influenciadas pelos ideais modernistas da Carta de Atenas, as praças se transformam. Os espaços das praças modernas passam a ser idealizados objetivando a permanência das pessoas e não mais como mero passeio dos transeuntes. Neste contexto, é implantado o lazer caracterizado pela contemplação com recantos sinuosos e também o lazer diretamente relacionado com atividades físicas, onde ganham notoriedade as quadras esportivas e as áreas para recreação infantil, denominados de *playgrounds* (RIBEIRO, 2010). Neste período o planejamento no Brasil passava por sua segunda fase, onde o discurso das intervenções urbanas foi “marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados problemas urbanos (PIRES, 2010, p. 4). Ainda nesse sentido, o autor esclarece ao dizer que a partir da década de 1930

as intervenções urbanas passaram a estar orientadas para criar cidades mais eficientes e não apenas belas, como antes pregava o ideário do urbanismo voltado para o melhoramento e embelezamento das cidades. Os formuladores dessa nova

modalidade de planejamento, chamado Plano Diretor (PD), acreditavam que as cidades deveriam voltar-se não apenas para o consumo; deveriam ser mais funcionais e também voltadas para a produção e reprodução de capital.

Nas décadas finais do século XX, a maioria das grandes cidades passa por uma série de problemas urbanos, que aliados ao surgimento de outras formas de lazer, acarretam um esvaziamento das praças. Como tentativa para que esse problema pudesse ser sanado, surgem projetos que propõem o retorno da predominância de estabelecimentos comerciais na praça, como meio de atrair frequentadores. Por outro lado, para que o fluxo de pedestres pudesse ser absorvido adequadamente implantam-se corredores voltados para a circulação, principalmente naquelas praças localizadas nas áreas de uso mais intenso, como comércio e serviços. Desse modo, Robba e Macedo (2002) afirmam que o espaço público das praças volta a ser palco de atividades como comércio e serviços, lembrando a tradição do largo colonial, ocorrendo apropriação do espaço público das praças com a construção de lanchonetes, quiosques, mercados, instituições públicas, e a instalação de camelôs e feiras livres, aliados a outras atividades, formando um todo completo. Temos, portanto, uma verdadeira caracterização da praça contemporânea, que consiste na não-determinação impositiva de um único uso, mas de espaços multifuncionais. É necessário, entretanto, ressaltar que tais usos tem sua existência pautada em regras formais e informais, oriundas de agentes diversos que possuem maior influência na produção do espaço e que inserem nestes suas intencionalidades.

Nesse contexto, segundo Pires (2010) o período do urbanismo que se estende de 1970 a 1980, é o de prestígio do planejamento urbano, onde ocorre o crescimento da produção acadêmica sobre o assunto no momento em que as cidades brasileiras mais cresceram e, muitas delas, “fora da lei”. Dentre as obras ocorridas neste período, podemos assinalar o início das operações do Metrô do Rio de Janeiro, com extensão de 4,3 km, era composto apenas pela Linha 1, com 5 estações: Praça Onze, Central, Presidente Vargas, Cinelândia e Glória. Nesta época da construção do metrô, a Praça Paris, foi destruída, sendo restaurada e reinaugurada em 1992, quando foi cercada por grades com o discurso de preservação.

Como elemento urbano, as praças representam espaços direcionados à sociabilidade, propícios aos encontros e ao convívio do cotidiano. Na cultura ocidental esses espaços têm desenvolvido um papel essencial, visto que um grande número de cidades possuem uma praça que se destaca como verdadeiro símbolo urbano, palco de eventos históricos, espaço

agregador, ou local de confluência. Tais espaços tem sido frequentemente utilizados como verdadeiros pontos turísticos, entendidos como interessantes pontos de partida para quem pretende conhecer uma cidade. São exemplos deste cenário, locais como a Piazza San Marco (Figura 2), em Veneza, que abriga diversos museus; a Place de la République (Figura 3), em Paris, que marca o entroncamento de avenidas essenciais; a Praça de São Pedro, no Vaticano (Figura 4), localizada em frente a basílica de mesmo nome e inserida no principal centro de comando da igreja católica; a Praça Floriano (Figura 5), no Rio de Janeiro, cercada pelos prédios da Biblioteca Nacional, da Câmara Municipal e do Theatro Municipal; dentre outras.

Figura 2 - Praça San Marco



Fonte: italyouritaly.com

Figura 3 - Place La République



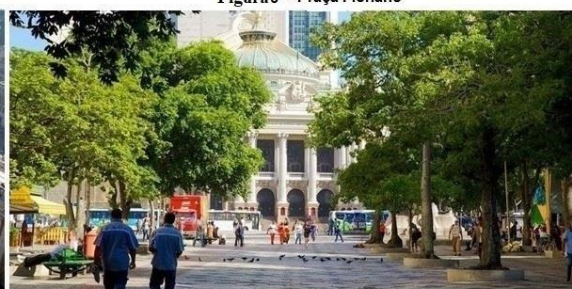
Fonte: archinect.com

Figura 4 - Praça São Pedro



Fonte: pantokrator.org.br

Figura 5 - Praça Floriano



Fonte: expedia.com

A praça destaca-se na paisagem agindo como verdadeiro elo entre os diversos espaços criados na estrutura urbana, caracterizando-se como um lugar de vivência e encontro, sendo agente das novas relações sociais. A clareza das definições do conceito de espaço nos mostra que o mesmo é passível de transformação, podendo se alterar nos seus usos, formas e funções. Essa reflexão nos leva ao entendimento de que, a praça como um local público, de convivência e de troca, reflete essa característica espacial, de certa forma que se modificada sua estrutura, se altera também a relação da população com o lugar no qual a mesma se identifica.

Ao compreender a importância da praça na dinâmica urbana, se faz necessário a partir de então definir os diversos significados a ela atribuídos. De acordo com Rigotti, (1965, apud DE ANGELIS et al, 2005, p. 2) “as praças são locais onde as pessoas se reúnem para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos, ou ainda, onde se desenvolvem atividades de entretenimento”. Complementarmente, Viero e Filho (2009, p.1) classifica praça como um espaço dotado de símbolos, que carrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e sócio culturais, sendo fundamental para a cidade e seus cidadãos. Constitui-se em local de convívio social por excelência.

Nesse sentido, podemos destacar outro aspecto característico das praças, que são as manifestações artísticas, culturais e sociais expostas no seu espaço, pois através da grande circulação de pessoas, se torna favorável a divulgação de atividades desta natureza, como espetáculos teatrais, exposições, feiras. Relacionando tal abordagem ao recorte espacial da pesquisa, podemos afirmar que a Praça da Matriz desempenha papel importante e significativo neste quesito, pois anualmente é realizada uma festa junina em comemoração ao dia de São João no seu espaço. O festejo é realizado durante a semana que antecede o dia do Santo (24 de junho), e a praça, assim como seu entorno, é preparada para a comemoração. Seu espaço é modificado com a inserção de barracas que comercializam comidas típicas da data, bem como de mesas e cadeiras para acomodar os visitantes, além de música ao vivo com shows em um palco localizado em frente à igreja, recebendo assim um expressivo número de pessoas, desde frequentadores assíduos no restante do ano, como inúmeros residentes de localidades próximas, oriundos, por exemplo, dos demais municípios da Baixada Fluminense, como Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias.

Observa-se então que, no contexto urbano, as praças públicas estão dispostas a variados tipos de contato, logo as mesmas estão sujeitas a transformações, alterando seu conteúdo e, eventualmente, se deteriorando, dando lugar a possíveis pontos de venda e consumo de drogas, prostituição, dormitório para moradores de rua ou até mesmo ambientes abandonados.

Para tanto, se faz necessária uma maior valorização desses espaços, sendo melhor planejados e estruturados de modo que agreguem a população residente em seu entorno e não acabem, por fim, esquecidos por ela. Esta proposta só é passível de concretização a partir de uma perspectiva onde a implementação de tais espaços não ocorra de forma estritamente

vertical, mas que considere as demandas das parcelas populacionais diretamente interessadas.

A reconstrução histórica das formas e funções das praças brasileiras nos leva a entender o atual período e as transformações nesses espaços públicos urbanos. Pode-se perceber como as intervenções ocorridas no decorrer dos anos nas praças refletem os costumes da sociedade de cada época e também a participação do Estado enquanto direcionador de usos dos espaços públicos. Sendo assim, são importantes as considerações feitas por Santos (2008), quando diz respeito à importância da participação popular nas transformações urbanas.

[...] A forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social. Tal valor relaciona-se diretamente com a estrutura social inerente ao período. Por conseguinte, precisamos compreender inteiramente a estrutura social em cada período histórico para podermos acompanhar tanto a transformação dos elementos naturais em recursos sociais quanto a mudança que esses novos recursos (formas) sofrem com o correr do tempo. Em suma, a sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos, e os valores variam segundo a estrutura socioeconômica específica dessa sociedade (SANTOS, 2008, P.73).

Poderemos observar a seguir que na Praça da Matriz a intervenção espacial ocorrida no ano de 2012 retrocedeu quanto aos direitos de lazer e qualidade de vida, assim como a falta de compromisso do Estado com a expressão da população.

4- ESPAÇO PÚBLICO ESVAZIADO: A REFORMA DA PRAÇA DA MATRIZ

Ao tratar da Praça da Matriz, em São João de Meriti, destacamos como primeiro ponto a ser considerado, a análise que se refere a sua importância enquanto centralidade exercida perante o referido município. Autores como Lefebvre (1999) e Tourinho (2006) abordam a temática da centralidade, que não pode ser compreendida como meramente operativa ou funcional, mas que se relaciona com a representatividade exercida por determinado fragmento espacial. A centralidade, portanto, não é algo físico, mas se manifesta fisicamente através da relação estabelecida entre as demais localidades e o centro. Neste contexto, identificamos o papel de centralidade exercido pela Praça da Matriz e seu entorno, que além de referencial histórico, atualmente também se estabelece como importante centralidade voltada para o comércio e os serviços.

Mais recentemente, no ano de 2012, foi realizada a última reforma na Praça da

Matriz, após o poder público municipal receber investimentos de 25 milhões de reais do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A verba mencionada foi utilizada em transformações que teoricamente seriam responsáveis pela melhoria de infraestrutura do centro da cidade. Dentre os lugares reurbanizados está a Praça Getúlio Vargas, tendo sua estrutura profundamente modificada após a reforma (IBGE, 2016).

Das reformas ocorridas na praça supracitada, a que data o ano de 2012 foi uma das que mais alteraram o local, fazendo com que seus frequentadores mudassem o modo de ver e viver a praça. Para exemplificar essa mudança, podemos citar elementos importantes que foram retirados e que a praça dispunha antes da reforma (figura 6), vinculados também ao lazer, como os diversos bancos dispostos de forma circular, onde aconchegava e gerava um espaço particular para encontros; as mesas de jogos, muito características às praças, onde ocorriam torneios, eram contempladas por tendas que fornecem mais conforto; uma iluminação mais eficaz, com altos postes de luz que circulavam a praça; árvores que produziam mais sombra. Essas características a tornava um local mais voltado à estadia dos indivíduos e, a partir de conversas com os frequentadores em trabalhos de campo, pôde ser notado que para estes, os elementos acima citados, eram muito estimados e causam nostalgia a população.

Figura 6 – Praça da Matriz antes da reforma ocorrida no ano de 2012



Fonte: Site Histórias e Monumentos

Quanto aos novos elementos inseridos neste espaço após a reforma (figura 7) podemos citar o chafariz, de grande porte, com jogo de luzes e que carrega as cores que representam o município; o paisagismo; a pavimentação, não só da praça como todo calçadão da rua da Matriz; equipamentos de ginástica para terceira idade, que já foram removidos, e escassez dos bancos e retirada das mesas de jogos, tornando-a um espaço destinado à circulação e não mais a estadia. Inúmeros frequentadores entrevistados reconhecem a necessidade do investimento que ali foi realizado, pois no município em geral nota-se certo descaso quanto à manutenção dos espaços públicos. Apesar de necessária, a reforma foi de alto custo, inserindo elementos como o chafariz que demandariam também grandes despesas de manutenção, não condizendo com a situação financeira do município. Também é válido ressaltar que no horário noturno, a praça encontra-se sem uso, devido a pouca iluminação disposta na mesma e ausência de atrativos.

Figura 7 – Praça da Matriz após a reforma do ano de 2012



Fonte: Acervo Daiana Gouvêa

Para um melhor esclarecimento de que forma esse espaço modificado contempla as demandas da população, é proposto nesta parte da pesquisa analisar o Plano Diretor do município de São João de Meriti de modo a investigar o comprometimento da prefeitura com as possíveis propostas de oferta de lazer, proteção ao patrimônio histórico, e participação popular no que tange às decisões tomadas em investimento nesta porção do território meritiense que carrega consigo grande representatividade do município.

Ao analisarmos o Plano Diretor de São João de Meriti constatamos que existe uma preocupação não só com a preservação dos símbolos e história do município, como também o comprometimento com o fornecimento de espaços de lazer que visem melhorar a qualidade de vida dos residentes. É válido evidenciar também a preocupação contida no mesmo com a participação popular para um melhor aproveitamento dos recursos utilizados. Estão eles contidos no Art. 11 como objetivos gerais da política urbana XI – contribuir para a construção e difusão da memória e identidade, por intermédio da proteção do patrimônio histórico, artístico, urbanístico e paisagístico, utilizando-o como meio de desenvolvimento

sustentável, e XVII – criar mecanismos de planejamento e gestão participativa nos processos de tomada de decisão. Ou seja, o discurso contido no Plano Diretor quando comparado com a realidade vivenciada, deixa clara a falta de comprometimento da prefeitura com a população. Este descompromisso fica evidente na abordagem de Maricato (2013, p.124) ao expor que “como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática”.

A realidade dos municípios da periferia metropolitana do Rio de Janeiro e, em especial o município de São João de Meriti, é complexa quanto a investimentos em infraestrutura, pois, como mencionado anteriormente, essa porção do espaço é muito pouco contemplada com investimentos em vista da metrópole, causando carência a população residente que é penalizada por essa maneira de gestão. A partir disso, existe uma grande demanda de manutenção e criação de espaços públicos de lazer no município, de modo que agregue a população e torne a carência um pouco mais branda, visando à qualidade de vida da população e o acesso à cultura e lazer, como previstos no Plano Diretor do município. Podemos atestar aqui, a ausência do comprometimento municipal mediante ao Plano Diretor e aplicação de recursos, que já são escassos e incipientes, ao desagregar e desprover a população quando intervém de modo arbitrário em um espaço público e o torna restringido quanto a seu uso.

No que tange aos dias atuais, é válido evidenciar as reivindicações da população meritiense, que indicam a negligência da prefeitura municipal a respeito da consulta popular sobre sua atuação, bem como para realizar a preservação do ambiente construído e incentivar o melhor aproveitamento deste espaço. Uma população que resiste a muitos direitos e desejos negados se concretiza mais uma vez na arbitrariedade do Estado realizada nesse lugar de laços e memórias do município, como indica Maricato (2013, p.168) “é preciso construir a consciência da cidade real, com demandas populares”.

Por entender que essa pesquisa não se dá por finalizada aqui, questiono para um complemento futuro quais as motivações do Estado em modificar a praça, centro histórico do município, limitando-a em seus usos e inserindo elementos que servem exclusivamente para embelezamento, como o chafariz, de modo que retire desse espaço atores que faziam parte do cotidiano da praça, como os ambulantes, e deem espaço para um comércio de grandes

empresas no seu entorno, retirando os pequenos empreendedores locais e modificando, também, o perfil de frequentadores do espaço em questão. Sobretudo faz-se relevante chamar atenção para a história se repetindo, nas palavras de Carlos (2010, p.187)

[...] o empobrecimento, o esvaziamento de espaços públicos, a normatização dos momentos de lazer e do ócio. A propriedade privada se impõe como potência estranha, redefinindo, constantemente, a realização da vida, delimitando-a e normatizando-a [...]. Trata-se do momento histórico que determina a produção da cidade, no qual o uso é subsumido pelo valor de troca; momento em que o planejamento produz a cidade enquanto espaço funcionalizado. Ora, quanto mais funcionalizado e organizado é o espaço, menos ele se presta ao uso [...].

5- CONCLUSÃO

A partir das temáticas apresentadas neste trabalho e dos objetivos estabelecidos, podemos constatar que o processo de ocupação e formação territorial do município de São João de Meriti sofreu a influência direta do processo migratório de residentes cariocas que buscavam um menor custo de vida, o que foi facilitado pelo processo de conurbação com a atual capital fluminense, essa representada por um núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria de renda e recursos urbanísticos disponíveis. Por compor a periferia metropolitana, o município meritiense vivencia a escassez de recursos e investimentos em infraestrutura desde sua formação, pois segundo Villaça (2001) São João de Meriti nunca chegou a atingir plenamente a condição de cidade, pois já nasceu como subúrbio.

Entretanto, é importante que sejam considerados aspectos que extrapolam a demografia e a economia, como a cultura e a religião. Neste contexto, a Praça da Matriz, apresenta-se como responsável pela criação de laços de identidade e pertencimento para a população meritiense.

As praças, que por um longo período se apresentaram como espaço público de maior relevância na cidade, sendo o lócus da vida cotidiana, tiveram suas formas e funções profundamente modificadas com o passar dos anos. No Brasil, durante o período colonial, estabelecia-se como principal espaço de lazer, comumente ligada à religião, enquanto na primeira metade do século XX passam a ser idealizadas com o objetivo de propiciar a contemplação, assim como a prática de atividades físicas. Por sua vez, o fim do século XX,

marcado por diversos problemas urbanos em todo o mundo, constata o esvaziamento das praças, havendo uma preocupação sequente a retomada da predominância de comércios nas praças, visando atrair novamente seus frequentadores.

Constatamos assim que a praça se destaca, servindo com elo entre diversos espaços urbanos, estabelecendo-se historicamente como local de encontro e convivência, propiciadora de novas relações sociais. No entanto, a análise mais aprofundada da Praça da Matriz, evidencia que tal função pode ser negligenciada a partir de interesses dos variados agentes que atuam nestes espaços. Como enfatiza Pires (2010, p.18) “ é preciso instaurar um espaço para o debate democrático sobre as políticas urbanas, na qual haja efetivamente a participação ativa dos cidadãos”. A partir de então teremos o investimento e o planejamento da cidade para o cidadão, real vivenciador desses espaços.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. 4. Ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

CALDEIRA, Júnia Marques. A praça brasileira -Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e História do Instituto de Filosofia e história do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Sobre a gestão democrática da cidade: questões para o debate. GeoTextos, Salvador, v. 6, n.1, p. 179-189, 2010.

COSTA, M. C. Orçamento público e democracia local: entre o real e o Mito – Um estudo de caso sobre o município de São João de Meriti. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FUNDREM. Unidades integradas de oeste: plano diretor de São João de Meriti. Cadernos de Estudos da FGV:IBGE, Rio de Janeiro, v.5, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. Censo demográfico 1940-2010.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MACEDO, S.S.; ROBBA, F. Praças brasileiras. São Paulo: Edusp, 2002.

MARAFON, Glaucio José et al. Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do

passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 3ª Ed, 2000.

MARX, Murilo. Cidade brasileira. São Paulo: Melhoramentos: Edusp, 2002.

PIRES, Hindenburgo. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã. Revista bibliográfica de geografia y ciências sociales, Vol. XV, nº 895 (13), 2010.

Prefeitura Municipal de São João de Meriti. Plano Diretor. 2006.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Atividades terciárias e prostituição nos logradouros da cidade do Rio de Janeiro: os exemplos da Passos, Men de Sá e Graça Aranha. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs.). Território sexo e prazer –olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p.103–126.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. Município, Descentralização e Território. Forense, 2008.

SEBRAE/RJ. Informações Socioeconômicas do Município de São João de Meriti. Rio de Janeiro, 2011.

TOURINHO, A. O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, A. F. A; LIVEIRA, A. U. (ORGS.). Geografia das Metrôpoles. 1ªed. São Paulo: Contexto, 2006, v. 01, p. 277-299.

VIERO, Veronica Crestani; FILHO, Luiz Barbosa. Praças públicas: origem, conceitos e funções. Jornada de pesquisa e extensão, 2009.

VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.